

---

## **Cidade, Periferia e Exclusão em Debate: Notas sobre a Contribuição de Iniciativas Alternativas de Comunicação para os Usos do Espaço Urbano<sup>1</sup>**

Mayara Luma LOBATO<sup>2</sup>  
FIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, SP

### **Resumo**

Neste artigo, pretende-se discutir aspectos ligados à cidade, à exclusão e a iniciativas alternativas de comunicação atuantes em ambiente digital. Em primeiro lugar, conduz-se um debate sobre o próprio conceito da exclusão. Depois, segue-se para discussões acerca da experiência social das cidades, dos conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária e de três iniciativas específicas de comunicação: Mural – Agência de Jornalismo das Periferias, Voz das Comunidades e Nós, Mulheres da Periferia. Ao final, observamos o quanto as mídias tradicionais não só refletem como contribuem para um projeto urbano excludente, na medida em que silenciam e apresentam estereótipos sobre os excluídos sociais. As iniciativas alternativas, no entanto, tornam possível o estabelecimento de um outro modelo de comunicação informativa, voltado a parcelas historicamente negligenciadas.

### **Palavras-chave**

Comunicação alternativa; Jornalismo; Exclusão; Cidade; Periferia.

Prostitutas, usuários de drogas, moradores de rua, limpadores de para-brisas, vendedores de farol e pedintes de todo tipo. Esses sujeitos fazem parte de uma parcela da população cuja presença incomoda, da qual gostaríamos de sempre poder desviar o olhar. Exatamente por isso, a cidade acaba sendo palco e alvo de uma espécie de disputa diária por seus direitos de uso, visibilidade e convívio entre aqueles considerados incluídos e a vasta gama de sujeitos enquadrados na genérica categoria dos “excluídos sociais”. Ao longo do tempo, essas disputas se refletiram e foram noticiadas de diferentes maneiras pela imprensa, desde a popular *penny press*, quando os tais “excluídos” começam a aparecer na grande mídia de forma pejorativa e estereotipada (TRAQUINA, 2005), até hoje, em que parece haver uma tentativa de silenciar essa parcela e mostrá-los, de forma geral, como um problema a ser enfrentado ou um perigo potencial que devemos temer e que demanda atenção e proteção.

No entanto, de diferentes formas e em diferentes momentos históricos, a população marginalizada encontrou maneiras de resistir às abordagens preconceituosas e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM-SP. Professora dos cursos de comunicação social e coordenadora adjunta do curso de Jornalismo do FIAM-FAAM Centro Universitário. Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero e graduada em Jornalismo pela Universidade da Amazônia. E-mail: [mayaraluma@gmail.com](mailto:mayaraluma@gmail.com).

estigmatizadas e às tentativas de silenciamento por parte da mídia tradicional. Ainda no final do século XIX, surgem jornais alternativos no Brasil que tiveram importância fundamental para disseminar ideais socialistas e comunistas e levantar questionamentos quanto às condições de vida e trabalho das classes mais pobres, inclusive da população negra, recentemente contemplada pela abolição da escravatura. Muitos deles não eram produzidos por brasileiros e nem publicados em português, mas sim na língua dos muitos imigrantes que aqui chegaram, inicialmente para trabalhar na lavoura cafeeira e depois foram mão de obra também para a indústria nascente, dando origem dessa vez a jornais operários (LIMA, 2014). Datam desse período veículos como *A Questão Social*, *O Socialista* e *O Proletário* (LIMA, 2014).

Outro exemplo dos muitos casos de resistência à grande mídia nas páginas de jornais alternativos pode ser encontrado nas décadas de 1970 e 1980. Buitoni (2009), no livro “Mulher de papel”, chama atenção para alguns periódicos alternativos feministas que fizeram frente às revistas femininas voltadas à classe média, que ignoravam em absoluto as reivindicações das mulheres dos movimentos populares das periferias das grandes cidades, como a luta por creches, por serviços de saúde públicos de qualidade etc. Entre os jornais, destacam-se *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio*. Neles, empregadas domésticas, mulheres operárias, negras e boias-frias apareciam como personagens centrais, como pessoas cujas histórias de vida eram relevantes para ser contadas. E esse aspecto se mostra importante considerando as características da mídia tradicional, como Buitoni (2009, p.126) explica: “políticos, industriais, militares, gente famosa, enfim, os representantes do poder, da cultura de dominação, esses são notícia. Gente pobre, desimportante, funções subalternas, ah, ‘essa gente’ só é notícia nas páginas policiais”.

Com os exemplos acima, observa-se que a resistência à abordagem da mídia tradicional não é novidade; pelo contrário, é algo que veio se estabelecendo historicamente, inclusive em diferentes segmentos midiáticos. Porém, nos últimos anos, as possibilidades criadas pelo digital trouxeram um novo estímulo às iniciativas alternativas de comunicação, seja pela facilidade de alcance de maior público, seja pelo custo baixo de manutenção dos blogs, sites e páginas nas redes sociais, seja pelo fato de não depender de burocracias legais para fundar e manter os projetos. Assim, os projetos se multiplicam, revelando tentativas de inserir a periferia e seus sujeitos na cobertura jornalística, o que torna ainda mais latentes as disputas pelo espaço urbano.

---

Tomando os elementos expostos aqui como ponto de partida, neste artigo, serão discutidas questões sobre a vida na cidade, os processos de exclusão social e iniciativas alternativas de comunicação informativa que renovam a representação dos sujeitos nas mídias. Para isso, nos ancoramos em uma perspectiva histórica para compreender os meandros que envolvem o conceito de exclusão social e as características desse processo nas cidades, bem como nas definições de comunicação alternativa, jornalismo alternativo e comunicação comunitária e popular – procedendo, ao fim, ao exame de projetos que em alguma medida dialogam com tais concepções e trabalham pela ressignificação de sujeitos sociais excluídos.

### **1. A exclusão em perspectiva: aspectos sociais e econômicos**

Há vários caminhos para a definição da exclusão, que pode ser considerada tanto a partir de elementos econômico-financeiros quanto por critérios sociais. Desempregados, trabalhadores informais, como os camelôs, ou que desenvolvem atividades não reconhecidas pelo Ministério do Trabalho ou pela sociedade, como as prostitutas, podem ser considerados excluídos. Mas há critérios econômicos mais objetivos para caracterizar a exclusão. Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por exemplo, aqueles que vivem com menos de R\$ 77 mensais são considerados miseráveis e vivem em condições de absoluta precariedade e vulnerabilidade. A situação desses é tão crítica que eles não estão simplesmente em condição de desigualdade, estando mesmo excluídos socialmente. Como explica Denize Elena Garcia da Silva (2011, p.15): “o termo desigualdade econômica implica distribuição diferenciada entre seus participantes do que é produzido dentro de uma sociedade”; já exclusão significa “pôr para fora, expulsar indivíduos ou grupos sociais de um espaço de igualdade social”. Para ela, “o conceito de exclusão encontra-se, por oposição ou contraste, paralelo ao conceito de coesão social, uma vez que a exclusão implica o rompimento de vínculos sociais”.

Muitos desses miseráveis, sem ter como pagar um espaço para morar de forma digna, vão viver nos espaços públicos das grandes cidades, tornando-se, portanto, os “mendigos”, sujeitos aos quais tentamos de tantas maneiras silenciar e invisibilizar. Coracini (2011), organizadora do livro “Identidades Silenciadas e (In) visíveis: entre a inclusão e a exclusão”, ajuda-nos a compreender a situação em que são eles colocados. Como explica a autora, comumente, o morador de rua, o excluído social, é para nós objeto de caridade, de comiseração e de piedade, o que não garante sua inclusão social. Para

eles, quase sempre não queremos olhar, suas vidas são, pela sociedade e pelo Estado – e também pela imprensa –, apagadas, anuladas, tratadas como se não existissem; ao mesmo tempo, passam por um processo de inclusão às avessas, por assim dizer: suas vidas são “vistas de soslaio, porque incomodam, excluídas que se incluem se imiscuindo na vida dos transeuntes e dos moradores da casa ou do prédio em cuja calçada se amontoam” (CORACINI, 2011, p.21).

Além desses critérios de exclusão, ao longo da história, foram surgindo outros de caráter mais subjetivo e responsáveis por tornar as sociedades ainda mais desiguais e excludentes, como a cor da pele, o sexo biológico, a idade, a orientação sexual ou mesmo a atividade profissional desenvolvida. Para o sociólogo Jessé de Souza (2009), as empregadas domésticas, assim como porteiros, catadores de lixo, pedreiros e toda sorte de trabalhadores dos quais se exige pouca ou nenhuma qualificação, compõem o que o pesquisador chama de “ralé brasileira”. Para ele, esses sujeitos não são entendidos como classe, mas percebidos apenas como conjuntos de indivíduos carentes ou perigosos. Souza (2009, p.21) explica, ainda, que o termo “ralé” não é empregado para ofender essas pessoas, mas sim para chamar atenção ao que, para ele, apresenta-se como “nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, consentido por toda a sociedade, de toda uma classe de indivíduos precarizados que se reproduz há gerações enquanto tal”. É importante reconhecer que a existência desta parcela só segue até hoje pois existe uma classe superior que dela tira proveito. Nas palavras do autor:

[...] essa classe é explorada pelas classes média e alta: como “corpo” vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são insofismáveis (SOUZA, 2009, p.24).

Segundo o sociólogo, piora ainda mais a situação da ralé o estigma inato que carrega: “essas são as pessoas que estão sempre a um passo – ou com os dois pés dentro – da delinquência e do abandono” (SOUZA, 2009, p.25). A elas foram negadas todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social; e o autor enfatiza que isso nem sempre está relacionado ao capital econômico, sendo o capital cultural também essencial nesse processo. Com isso, quer-se notar que pouco importa o poder econômico de determinada pessoa; por uma série de razões ela continuará como parte da ralé. É como

---

uma miséria que o dinheiro não vence, uma herança social ou um legado de classe – o que reforça a ideia de que há diferentes níveis e maneiras de se considerar a exclusão.

A reprodução da ralé é garantida especialmente pelas condições de vida a que está sujeita: as moradias e os serviços públicos de saúde são precários, assim como a educação formal e aquela recebida dentro do seio familiar – este muitas vezes desestruturado. As crianças e os jovens da ralé são colocados em uma condição de passividade, na medida em que são muito mais ensinados em relação àquilo não devem ser ou não devem fazer, conforme explicam os também sociólogos Fabrício Maciel e André Grillo (2009). Para eles, esse tipo de criação se apresenta como uma tentativa de famílias derrotadas de se afastar dos últimos lugares da fila moral de vencedores e derrotados. Segundo os autores, é como estar permanentemente em uma zona de perigo, lutando contra o rebaixamento. A única fuga possível será pelo trabalho desqualificado, que, mesmo sendo o último na fila da dignidade, “é o principal signo distintivo, a maior marca de sua condição de não delinquência. É uma proteção moral, uma espécie de colete à prova de maiores humilhações” (GRILLO; MACIEL, 2009, p.247).

Assim sendo, manter uma ocupação que renda dividendos, por menores que sejam, é entendida pela ralé como uma via para a manutenção da dignidade. Com isso, o desejo maior do trabalhador é garantir o autossustento seu e de sua família e não precisar pedir qualquer coisa aos outros, entendido como o nível máximo de humilhação social (GRILLO; MACIEL, 2009.). Para os autores, esta é ainda uma forma de a ralé provar seu valor e utilidade nas sociedades capitalistas e de consumo. Para o restante da sociedade, parece uma tentativa de se afastar da possibilidade de ter que sustentar ou mesmo ajudar os mais pobres, considerando que, como todas as outras pessoas, estes devem trabalhar e viver de acordo com seus rendimentos.

Segundo os autores, há, no entanto, um pensamento silenciado pela ralé – na verdade, por toda a sociedade – de que os trabalhadores braçais e desqualificados não são ninguém no meio que habitam, já que são substituídos muito rapidamente, não possuindo, na verdade, valor algum. Isso acontece porque “as ocupações braçais, que dependem muito pouco [...] quase nada do conhecimento da escola são estigmatizadas o tempo inteiro simplesmente porque podem ser feitas por qualquer pessoa” (GRILLO; MACIEL, 2009, p.258). Assim sendo, eles se tornam menos dignos do que aqueles que estudaram e, dentro das noções de meritocracia, entendidos como merecedores do lugar que ocupam e do papel que lhes foi atribuído socialmente. Dessa forma, mesmo tendo uma ocupação

e vivendo dela, não raro, apontam os autores, a ralé tem vergonha do trabalho que desenvolve, costumando enrubescer e baixar o tom de voz ao interagir com alguém de outra classe. Nem eles próprios acreditam que são dignos de atenção respeitosa, de ter a palavra ou mesmo de interagir ativamente com os segmentos sociais superiores (GRILLO; MACIEL, 2009).

Para a mídia tradicional, essa ralé não é considerada digna de pauta; sua opinião não costuma ser importante, suas vidas não valem uma notícia, enfim, a ralé é irrelevante para ocupar as páginas dos jornais e das revistas ou as imagens da televisão como personagens. É essa lógica que as iniciativas alternativas de comunicação que se estabelecem no digital, de que tratamos neste trabalho, tentam subverter, reposicionando suas ênfases de cobertura, propostas editoriais, abordagens, enfoques, personagens e temáticas. Devemos, rapidamente, buscar compreender qual a dimensão das propostas de intervenção sobre processos midiáticos em larga escala que essa categoria/modalidade citada produz, a fim de entender, sobretudo, a articulação entre o alternativo, o comunitário e o popular – e a problematização de processos de exclusão – nela instituída.

## **2. Comunicação popular, comunitária e alternativa: definições e conceitos**

A presença contínua de iniciativas na imprensa brasileira que fugiam a uma abordagem hegemônica ou tradicional desde o século XIX é evidência da organização, por meios mais ou menos estruturados, de uma comunicação que buscava disseminar outras leituras e representações dos sujeitos sociais. Kucinski (2001, p. 10) afirma, por exemplo, que entre o final do século XIX e o início do século XX circulavam no Brasil cerca de 400 jornais anarquistas feitos por operários.

A imprensa alternativa resistiu ao longo de todo o século XX, apesar dos períodos ditatoriais, como o Estado Novo e a ditadura civil-militar – fazendo oposição ao governo e abordando temas silenciados pela grande mídia, como sexualidade, homossexualidade, racismo, falta de assistência do estado à população mais pobre etc. Também no contexto da ditadura, houve um estímulo ao desenvolvimento da comunicação comunitária como uma reação aos domínios culturais, políticos e econômicos vindos das grandes potências. A partir da década de 1970, a União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), por exemplo, desenvolveu cursos de Comunicação e distribuiu cartilhas críticas e orientadoras sobre o uso comunitário do rádio e do jornal, contribuindo para que se espalhassem pelo país ações desse tipo, cujo objetivo maior era contribuir para a mudança

social e a ampliação dos direitos e da cidadania. Várias rádios livres surgiram neste período, como a Rádio Paranóica (Vitória/ES – 1970) e a Rádio Spectro (Sorocaba/SP – 1976). Machado, Magri e Masagão (1986, p.11) explicam que “as primeiras rádios livres do Brasil foram acolhidas com uma certa reserva. Alguns recearam que sua aparição pudesse servir de pretexto para uma repressão violenta [...]”. Iniciativas alternativas se desenvolveram até em segmentos especializados do jornalismo, como no caso da imprensa feminina. Buitoni (2009), no livro “Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira”, chama atenção em alguns períodos para periódicos alternativos feministas que fizeram frente às revistas tradicionais.

Projetos dessa natureza, de certo, podem ser designados de diferentes formas: comunicação popular, comunitária, alternativa, participativa, horizontal, dialógica etc. É necessário, assim, nos atermos brevemente a tais definições, já alvo de pesquisas consolidadas no campo. Em seus estudos, Círcia Peruzzo (2006; 2009) desenvolve conceitos em torno desses termos, no intuito de diferenciá-los. Em primeiro lugar, é relevante salientar a distinção que a autora faz entre comunicação alternativa e jornalismo alternativo, sendo o segundo, na verdade, parte da primeira. Segundo Peruzzo (2009, p.54), “o que caracteriza o jornalismo como alternativo é o fato de representar uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem”, enquanto outras formas de comunicação alternativa, como literatura de cordel, panfletos, alto-falantes etc., não dispensam a leitura de jornais convencionais. “Em suma, há uma comunicação alternativa no âmbito dos movimentos populares que extrapola jornais e o jornalismo” (PERUZZO, 2009, p.54).

Em atenção às análises da autora, cabe ainda abordar as designações para as comunicações popular, alternativa e comunitária. A primeira tem sua ênfase nos movimentos populares dos anos 1970 e 1980 no Brasil, contexto da ditadura civil-militar, e recebe este nome por nascer da ação de grupos populares com caráter mobilizador, adotando canais de comunicação próprios. A autora explica: “historicamente, o adjetivo popular denotou tratar-se de ‘comunicação do povo’, feita por ele e para ele, por meio de suas organizações e movimentos emancipatórios visando à transformação das estruturas opressivas e condições desumanas de sobrevivência” (PERUZZO, 2009, p.47). Quanto à comunicação comunitária, nota-se que está associada ao conceito de comunidade, que se funda a partir de processos de identificação que geram sentidos de pertencimento, reciprocidade de interesses, vínculos duradouros e relações estreitas entre seus membros.

---

Este tipo de comunicação não deve apresentar finalidade lucrativa – e as relações entre emissores e receptores devem ser horizontais, com o objetivo maior de contribuir para uma sociedade mais igualitária (PERUZZO, 2009), desenvolvendo uma “identidade de resistência (constituída por atores sociais em posições/condições desvantajosas e/ou estigmatizadas na escala social)” (PERUZZO, 2006, p. 15) e também uma “identidade de projeto”, quando “os atores sociais constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e visam buscar a transformação da estrutura da sociedade” (PERUZZO, 2006, p.15).

Já a comunicação alternativa nasce a partir de uma perspectiva de disputa ou conflito com discursos dominantes – no caso, veículos de mídia neoliberais. A comunicação alternativa está ligada a uma ideia de democratização da informação em um sentido amplo: “trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor [...], mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos” (PERUZZO, 2009, p.56).

De modo geral, identificamos em nossa pesquisa doutoral, da qual este trabalho deriva, diversos projetos implantados fora da grande mídia brasileira que contêm características e elementos dessas modalidades de comunicação não hegemônica – e que têm, em sua proposta editorial, em sua cobertura e em sua estruturação organizacional, o propósito de ressignificar a vida nas cidades, suas contradições e os processos de exclusão nela vivenciados.

### **3. Cidades excludentes e iniciativas alternativas de comunicação**

Em 2010, Renê Silva, um morador do Complexo do Alemão, e seu Twitter @vozdacomunidade, fundado um ano antes, ficaram “famosos” depois que tiroteios causados pela instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) dificultaram o trabalho da imprensa no local. Foi o jovem que passou a fornecer informações sobre a situação do bairro. A iniciativa cresceu, Renê ganhou uma bolsa para estudar Jornalismo e agora, além das páginas em redes sociais, mantém um site ([www.vozdascomunidades.com.br](http://www.vozdascomunidades.com.br)), que conta com a ajuda de 15 voluntários e retrata o cotidiano de 70 mil habitantes de 13 favelas cariocas, entre elas Complexo do Alemão, Complexo da Maré, Cidade de Deus e Vidigal, fazendo a informação circular entre pessoas de dentro e de fora das comunidades.



---

O que chama atenção na iniciativa é o rompimento com o silêncio da grande mídia em relação às favelas e, também, com a abordagem estigmatizante desses espaços. Os conteúdos do site e das redes sociais buscam retratar o cotidiano da população, como formações de diversos tipos que ocorrem na região, como é o caso da nota “Curso de tratamento capilar acontece no Complexo do Alemão”<sup>3</sup> e da matéria “Oficinas gratuitas serão realizadas no mês de julho, no Complexo do Alemão”<sup>4</sup>, ambas publicadas em julho de 2018; e a programação dos cinemas locais, que é atualizada no site semanalmente<sup>5</sup>. A violência segue sendo pauta, não só pelo fato de a iniciativa em questão se voltar a regiões mais pobres, mas por este ser um problema que afeta as cidades brasileiras de forma geral. Este é o tema, por exemplo, da crônica “A morte é de ferro”<sup>6</sup>, assinada por Laerte Breno, jovem universitário morador do Complexo da Maré.

Semelhante ao *Voz das Comunidades* é a *Mural – agência de jornalismo das periferias* (<http://www.agenciamural.org.br/>), sediada em São Paulo. A iniciativa é formada por uma equipe extensa: são mais de 40 pessoas chamadas de “comunicadores” – muitos deles têm diploma e formação de nível superior em Jornalismo. O projeto se intitula como uma agência de notícia: seu objetivo é alimentar a mídia com informações de áreas distantes do centro expandido da capital paulista, que comumente não contam com cobertura pelos veículos tradicionais. Alguns de seus comunicadores são, ainda, nomeados como correspondentes, apropriando-se de um termo que ajuda a reforçar o caráter de distância da periferia em relação ao centro, sempre midiaticizado, e o aspecto local de cobertura da agência. Cada correspondente cobre um bairro periférico e precisa ser morador da região. O projeto nasceu como blog, em 2010, e desde o início está hospedado entre a lista de blogs da *Folha de S.Paulo*, com quem tem o compromisso de publicar ao menos uma reportagem por semana.

A *Mural* também se destaca no sentido de romper com a lógica da mídia tradicional ao propor uma cobertura regular do cotidiano da periferia, noticiando e registrando as histórias das pessoas que nela habitam. Nesse sentido, entre as muitas

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/curso-de-tratamento-capilar-acontece-no-complexo-do-alemao/>. Acesso em 29/07/2018.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/oficinas-gratuitas-serao-realizadas-no-mes-de-julho-no-complexo-do-alemao/>. Acesso 29/07/2018.

<sup>5</sup> Como se observa neste texto sobre a programação dos cinemas entre os dias 12 e 18 de julho: Veja a programação do Cinema do Complexo do Alemão: 12 a 18 de Julho. Acesso em 29/07/2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/cronica-morte-e-de-ferro/>. Acesso em 29/07/2018.

---

reportagens publicadas pelo projeto, destacamos a intitulada “Escritor grafita poesias nos muros da periferia de Suzano”<sup>7</sup>, que trata do projeto “Literatura e Paisagismo – Revitalizando a Quebrada”, liderado pelo escritor Ademiro Alves, morador da região. A reportagem nos chamou a atenção por conta das polêmicas geradas depois das medidas adotadas por João Dória, ex-prefeito da cidade de São Paulo, de apagar vários grafites no centro da cidade. Nesse sentido, é possível interpretar que o blog, a partir desta matéria, busca inserir a periferia no debate em questão, registrando seus ambientes e enfatizando as diferenças nas formas de uso do espaço urbano na periferia e no centro da cidade – aspectos esses comumente silenciados pela grande mídia.

O coletivo *Nós, Mulheres da Periferia* também discute aspectos ligados à exclusão e à desigualdade social e econômica a partir da ótica de nove mulheres periféricas de São Paulo, sendo oito jornalistas e uma designer. Elas mantêm perfis do projeto nas redes sociais e um site (<http://nosmulheresdaperiferia.com.br/>) em que publicam diversos tipos de conteúdo: textos opinativos, depoimentos em primeira pessoa, perfis e reportagens produzidos pelas integrantes do coletivo – todos voltados à mulher periférica, que, em sua maioria é negra, depende do transporte público precário dos grandes centros, atua em profissões de pouco prestígio social e muitas ainda chefiam famílias sozinhas, ou seja, perfil pouco representado na mídia tradicional.

As três iniciativas citadas trazem à tona debates em torno do espaço urbano, seus usos e sua forma, muitas vezes arbitrária, de organização. É curioso pensar como elas vêm na contramão de um projeto urbano que, de diversas formas, tenta repelir a própria cidade, criando ilhas (supostamente) de segurança, conforto e estabilidade, representadas pelos shopping centers, *resorts* de luxo, sedes de grandes empresas ou prédios de negócios e até mesmo os condomínios em que moramos. São espaços que tentam se bastar, como que cidades em miniatura, como coloca Jameson (1996). Ao se bastar, esses espaços tentam substituir a vivência da cidade e, com isso, eliminar experiências entendidas como desagradáveis, como se deparar com mendigos, crianças famintas, pedintes ou prostitutas nas esquinas das cidades. A cidade passa, então, a ser um espetáculo contemplado à distância, pelo vidro das janelas dos prédios e dos carros.

É interessante observar que os espaços de onde costumamos contemplar as cidades – shopping centers, hotéis de luxo, prédios de negócios, etc. – são abertos, mas

---

<sup>7</sup> Disponível em: Disponível em: <http://mural.blogfolha.uol.com.br/2017/06/20/escritor-cria-projeto-que-grafita-poesias-nos-muros-de-suzano/>. Acesso em 26/06/2017.

não públicos. *Qualquer um* poder entrar não significa que *todos* possam. Um exemplo recente disso é o caso dos “rolezinhos”, em São Paulo, movimento em que centenas, e às vezes milhares, de adolescentes de classes baixas e em sua maioria moradores da periferia marcavam encontros em shopping centers pela internet. Os jovens afirmavam que se encontravam para cantar funk e paquerar; e os comerciantes alegavam que esses encontros geravam tumultos e acabavam em furtos e roubos. Os “rolezinhos” foram amplamente noticiados pela mídia entre 2013 e 2014 – e muitas foram as reportagens que tentaram explicar o movimento.

De forma geral, nos veículos tradicionais, manteve-se a visão preconceituosa e estereotipada dos jovens da periferia, como se observa na reportagem intitulada “‘Rolezinhos’ surgiram com jovens da periferia e seus fãs”<sup>8</sup>, publicada pela *Folha de S. Paulo*. Apesar de um pouco mais extensa, a reportagem recai em estereótipos ao apresentar o “estilo rolezinho” em um gráfico em que são apontadas as características dos jovens frequentadores do movimento; para as meninas, por exemplo, a maquiagem é “carregada”, o short é curto e o cabelo é arrumado com chapinha. E, para explicar de forma simples o que é o “rolezinho”, a repórter afirma: “são encontros marcados por redes sociais que atraem centenas de jovens a shoppings. Eles entram pacificamente nos locais, mas, depois, costumam promover correria assustando lojistas e frequentadores” (KREPP, 2014, online).

Os centros comerciais começaram a obter liminares que proibiam as aglomerações de jovens ou mesmo a entrada deles se não estivessem com os pais. Alguns segmentos interpretaram a atitude do shopping como racista e preconceituosa e organizaram respostas, como o “Rolezinho protesto”. Na época, o ex-prefeito Fernando Haddad afirmou, em entrevista ao site de notícias G1<sup>9</sup>, que era preciso discutir a cidade e as atuais formas de se usufruir dela, inclusive pela população mais pobre, que apresentava naqueles movimentos uma demanda reprimida por lazer e cultura. A fala do ex-prefeito chama atenção para a disputa pelo uso do espaço urbano que os rolezinhos engendram, mesmo que de forma indireta e sendo declarado pelos seus organizadores como despolitizado.

As situações apresentadas acima acontecem porque espaços como os dos shopping centers e hotéis, entre outros, foram pensados dentro de um projeto urbano orientado para

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1397831-rolezinhos-surgiram-com-jovens-da-periferia-e-seus-fas.shtml>. Acesso em 30/07/2018.

<sup>9</sup> Reportagem disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>. Acesso em 09/01/2018.

---

o mercado, ou seja, para um consumidor rico e privado, que não quer de fato viver o espaço urbano, e não para o consumidor pobre e público. Este é um projeto de cidade que, nas palavras de Harvey (2003, p.79), “encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos de shoppings e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação”.

Uma das tentativas que passaram a vigorar no Brasil a partir das últimas décadas do século XX para resolver o problema da habitação para os mais pobres foi, por exemplo, o Projeto Cingapura. Quando o ex-prefeito da capital paulista Paulo Maluf teve a ideia de acabar com moradias irregulares criando, no lugar, conjuntos habitacionais para abrigar as famílias de baixa renda que já habitavam aqueles espaços, isso já não era novidade na Europa ou nos Estados Unidos. Segundo Harvey (2003), restringir a suburbanização e substituí-la pelo desenvolvimento planejado da cidade foi uma das grandes preocupações para esses países no pós-guerra, mas pouco tempo depois já haviam se tornado alvo de diversas críticas, como aquelas apontadas por Jane Jacobs em “The death and life of great American cities” (apud HARVEY, 2003). A autora afirmava que os projetos, àquela altura, haviam se tornado centros de delinquência, vandalismo e desamparo social piores do que as favelas que pretendiam substituir. Para ela, esse tipo de organização parte de uma profunda incompreensão do que são as cidades, uma vez que se desconsidera os processos sociais de interação próprios do espaço urbano. O destino do Projeto Cingapura não foi muito diferente do que a autora já havia apontado tantos anos antes. Depois de entregues, os prédios não contaram com qualquer tipo de assistência do poder público; acabaram dissociados do espaço urbano, sem estrutura de lazer adequada à população ou serviços, como escolas e transporte público, nas proximidades.

Projetos como o Cingapura fazem parte de uma lógica higienista estabelecida nas sociedades modernas há pelo menos três séculos, quando a urbanização e a industrialização proporcionaram condições de vida melhores e mais sofisticadas para a parcela mais rica da população; com isso, os operários e seus modos de vida e habitação passaram a incomodar. No livro “Os excluídos da história: Operários, mulheres, prisioneiros”, a historiadora Michelle Perrot (2010) explica que ao longo da história diferentes movimentos de disputa pelo espaço urbano foram conduzidos. Primeiro, os operários se colocaram contrários aos projetos higienistas, que previam um “embelezamento” da cidade às custas da invisibilização ou do desaparecimento da população mais pobre: a tentativa era de empurrá-los para longe do centro das cidades,

demarcando os espaços em que ricos e pobres poderiam transitar. A grande reivindicação do século XIX era por uma cidade aberta – o que significava, para os operários, morar no centro e poder circular e utilizar livremente o espaço público.

Com o passar do tempo, as cidades se tornam saturadas e os mais pobres passam a valorizar aspectos ligados ao conforto, diante da falta de dignidade dos cortiços dos centros urbanos (PERROT, 2010). Por isso, é possível compreender que, na atualidade, as reivindicações da população pobre brasileira atualizam alguns aspectos da luta operária europeia do século XIX. Para os projetos alternativos de comunicação, o centro da cidade e seu direito de uso ainda são foco de debate, mas hoje se tem dado particular atenção aos problemas de mobilidade e transporte coletivo nas grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo, e a falta de serviços de qualidade na periferia, como segurança, escolas e hospitais, e também de opções de lazer.

É como se a grande reivindicação hoje se concentrasse em uma distribuição mais equilibrada dos recursos e dos serviços pela malha urbana – mais do que o direito a viver no centro, maior foco da especulação imobiliária e já saturado. É o que afirma a jornalista Priscila Gomes, uma das fundadoras do coletivo *Nós, mulheres da periferia*. Em um texto escrito em primeira pessoa e publicado na seção de crônicas do site, ela diz: “Lutamos por asfalto, água, luz, documento do nosso terreno, mais linhas de ônibus, saúde, educação. Somos esquecidos sim. Por isso que aqui ainda não chegou o metrô, internet, TV por assinatura. Nem sei se existem planos para isso” (GOMES, 2017, online). Ao escrever sobre a possibilidade de sair da periferia, Gomes reforça o pensamento de que o ideal é lutar por melhorias para a região:

Tenho orgulho sim daqui, da vida que levei e que vivo. Sempre trabalhei em mais de um emprego pra pagar as contas, estudar e o tal “melhorar de vida”, mas nunca pensei em sair de onde moro. Sempre pensei em melhorar o lugar onde moro. E até hoje não sei o motivo de pensar diferente (GOMES, 2017, online)<sup>10</sup>.

A ideia de ressignificar viver na periferia é bastante forte no *Nós, mulheres da periferia*. Nenhuma delas, em seus textos de cunho pessoal no site, apresenta qualquer desejo de sair do lugar onde nasceu e foi criada, ainda que houvesse condições financeiras para isso. Pelo contrário, para elas, é importante despertar um sentimento de orgulho por

---

<sup>10</sup> Disponível em <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/nunca-pensei-em-sair-mas-melhorar-o-lugar-onde-moro>. Acesso em 30/07/2018.

---

suas origens e lutar por melhorias nas regiões não centrais. É o que mostra, por exemplo, Regiany Silva, uma das fundadoras do coletivo e moradora da Cidade Tiradentes, em São Paulo, em um texto publicado em abril de 2017: “É uma luta diária ressignificar para nós mesmos, esse viver à margem, mas tamo aí. E eu não me envergonho, não, truta, eu tenho é muito orgulho!” (SILVA, 2017, online)<sup>11</sup>. O movimento cultivado por estas mulheres pode ser compreendido como uma forma de resistência da população periférica, que reivindica maior atenção, maiores investimentos e não quer se render à especulação imobiliária do centro das grandes cidades, em especial da América Latina, que tem uma série de efeitos negativos para os mais pobres.

#### **4. Considerações finais**

As questões discutidas neste artigo fazem parte de uma pesquisa doutoral concluída em 2019, que buscou, entre outros aspectos, compreender como as iniciativas alternativas de comunicação que se estabeleceram em ambiente digital contribuem para a produção de um outro tipo de jornalismo, em que personagens historicamente silenciados possam ser ouvidos – e pautas invisibilizadas ao longo do tempo possam ser produzidas.

A partir de nossa investigação, observou-se que a mídia tradicional não apenas reflete a distribuição e os direitos de uso desiguais do espaço urbano como também contribui para isso – já que silencia e invisibiliza aqueles que sofrem com os processos de exclusão em suas rotinas concretas. Por outro lado, o longo histórico de resistências e veículos voltados às comunicações alternativa, popular e comunitária demonstra as potencialidades e os usos da comunicação social, inclusive e em especial a de viés informativo e/ou educacional, como instrumento de ressignificação da luta por cidadania e pela garantia de direitos em cidades, por natureza, marcadas pelos processos de exclusão – processo que persiste, e resiste, em tempos atuais, tendo as redes como mais um espaço de difusão.

As iniciativas apresentadas se mostram relevantes, em primeiro lugar, por atualizar uma luta histórica e se dirigir às populações que não contam com representação na grande mídia. Além disso, cumprem a tarefa de sensibilizar parcelas da sociedade para assuntos de segmentos da população e da cidade negligenciados pelo Estado e pela imprensa, revelando que, talvez, a disputa pelo espaço urbano seja uma luta inglória –

---

<sup>11</sup> Disponível em <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/aprendi-que-o-meu-cep-determinava-como-as-pessoas-me-tratariam-na-vida>. Acesso em 30/07/2018.

uma vez que todos habitamos a mesma cidade, devendo aprender a compartilhá-la e representá-la em sua real complexidade, nas mesmas páginas. Trata-se, portanto, de um fenômeno que executa um necessário reforço de um braço fundante da prática jornalística: seu potencial de lançar foco e visibilidade sobre temas de relevância pública, mesmo quando forças de natureza diversa buscam ao longo do tempo neutralizá-los.

## Referências

BARBOSA, BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

CORACINI, Maria José. **Identidades Silenciadas e (In)visíveis**: entre a inclusão e a exclusão. Campinas: Pontes Editores, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.

JAMESON, Frederic. **A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. **Comunicação e Época**. São Paulo: Plêiade, 2014.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres**: a reforma agrária no ar. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 20089.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, prisioneiros, mulheres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, Rio de Janeiro (RJ), v.12, n.2, 2009. Disponível em: <[https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/947/887](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/947/887)>. Acesso em 27 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. Trabalho publicado nos Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/INTERCOM. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0094-1.pdf>>. Acesso em 27 mai. 2019.

SILVA, Denise Elena Garcia da. Prefácio. In: CORACINI, Maria José. **Identidades Silenciadas e (In)visíveis**: entre a inclusão e a exclusão. Campinas: Pontes Editores, 2011.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.